

## **Formação política e universidade**

**Aluno:** Denizart Busto de Fazio

**Programa:** PIBIC/CNPq

**Orientador:** Prof. Dr. José Sérgio Fonseca de Carvalho

### **Resumo**

Esta pesquisa teve por objeto entender a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP-USP), programa de extensão universitária vinculado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP (PRCEU), que iniciou suas atividades em 1998. Seu trabalho objetiva o fortalecimento de ações de Economia Solidária como um espaço propício para o surgimento de experiência, a partir do estudo do sentido que Walter Benjamin dá ao termo experiência. O percurso teórico contou com comentadores desse autor além de: Larrosa, Foster e Gagnebin. Esta pesquisa se insere na discussão contemporânea sobre a universidade pública e sua perda do sentido de formação. Seu acelerado processo de perda do seu caráter público, evidencia a privatização de suas ações a partir de interesses hegemônicos, concretizando-se nas duas tendências contemporâneas assinaladas por Chauí (1998): a da universidade funcional (com o objetivo de preparar mão-de-obra para o mercado) e a da universidade operacional (aquela da eficácia organizacional). O sentido que Walter Benjamin dá ao termo experiência oferece uma porta de entrada interessante ao estudo da ITCP-USP. O sentido de experiência como aquilo que afeta o sujeito e que é possível de ser narrada, intercambiada entre os seres humanos, colocando-se na contramão do mundo da técnica, da descrição e não da narração, pareceu nos oferecer um amplo conjunto de reflexões que iluminariam a experiência da Incubadora e, por extensão, inseriria contradições que coexistem na universidade contemporânea, revelando diferentes projetos de universidade em curso.

**Palavras-chave:** Experiência, ITCP-USP, Formação

## **Objetivos**

Esta pesquisa se insere como continuidade do projeto de pesquisa de mesmo nome iniciado em setembro de 2010 e com término previsto para julho de 2011. Além de aprofundamento da pesquisa anterior, traz dois novos aspectos: a análise crítica do conceito de experiência em Walter Benjamin e a realização de novas entrevistas. Busca conceituar a formação política na universidade por meio do estudo da ITCP-USP. Para tanto, elencamos como necessários os seguintes objetivos específicos:

1. A análise crítica dos conceitos de “formação” e de “política” a partir de alguns autores da filosofia contemporânea;
2. Análise crítica do sentido de “formação política”, relacionando-o aos dilemas da universidade contemporânea;
3. Refletir sobre a experiência da Incubadora a partir dos referenciais teóricos sobre os conceitos ligados à “formação política”;
4. Avaliar o potencial formativo da Incubadora como modalidade de política de cultura e extensão

## **Justificativa**

A universidade vive na tensão entre se adaptar ao presente histórico ou permanecer ligeiramente fora dele. Manter um distanciamento permite tempo e condições de reflexão necessários para o questionamento dos interesses hegemônicos. Adequar-se exclusivamente ao seu presente histórico significa responder aos interesses hegemônicos da sociedade adaptando-se a eles. É desse ponto que parte a análise de Silva (2006) sobre a universidade contemporânea.

Essa tensão não é exclusividade de nosso tempo, ela acompanha a história da universidade. A especificidade contemporânea é que essa tensão dá lugar, cada vez mais, a uma adaptação plena da universidade ao seu presente histórico. O contexto mais recente que tornou isso possível foi formado na ditadura militar mediante o esvaziamento da esfera pública (SILVA, 2006). A reconstrução de instituições democráticas após esse período é gradual: não é sem razão que, a partir de 1985, fala-se não em democracia mas em redemocratização.

No esvaziamento da esfera pública o econômico subordina o político (ibidem, p. 199) e as decisões que envolvem a universidade têm como pedra de toque exclusiva critérios técnico-operacionais. É assim que Chauí (1998) vê nos desígnios contemporâneos da universidade duas tendências complementares: a da universidade funcional (com o objetivo de preparar mão-de-obra para o mercado) e a da universidade operacional (aquela da eficácia organizacional). Nesse acelerado processo, a universidade pública se descaracteriza. É essa universidade que para Silva (2001, p. 34) perdeu seu sentido de formação, “[...] a possibilidade de o sujeito articular-se historicamente, ou seja, equilibrar a sua inserção no presente a partir de uma articulação entre o presente e o passado históricos”.

Para o autor, que se apoia nas concepções de Adorno, se não é possível reverter a atual adaptação, pode-se ter uma atitude negativa de recusa a ela. É na negação do presente que se possibilita a compreensão de que “[...] a experiência inclui uma relação transformadora com o objeto, o que vem a ser também uma transformação do próprio sujeito” (ibidem, p. 31). Se a experiência pode se degenerar em adaptação, ela também pode se aproximar da formação a partir dessa recusa.

Podemos ainda fazer outras aproximações do sentido de formação. Gadamer (1997), por exemplo, inscrevendo a formação na tradição humanística, considera haver um salto na compreensão da formação a partir de Hegel, quando ganha força a ideia de que o homem não é naturalmente aquilo que deveria ser, já que ele deveria se elevar à “universalidade”. Para Gadamer essa universalidade não significa totalidade, mas sim alteridade: um

reconhecimento, no estranhamento diante do outro, daquilo que é próprio a si mesmo. A formação seria entendida então como um alargamento dos pontos de vista do sujeito a partir dos pontos de vista dos outros.

Outra aproximação possível do sentido de formação são os conceitos de “esclarecimento” e “autonomia”, de Kant. O esclarecimento, conceito que pode ser considerado próximo ao de formação, é a saída do homem da sua menoridade, sendo a liberdade sua única exigência. Para essa questão, Kant entende a liberdade num sentido bastante direto: “[...] fazer um *uso público* de sua razão em todas as questões” (1985, p. 104). É no uso público da razão que o homem se esclarece. A liberdade, exemplificada como o uso público da razão, num sentido positivo, é entendida por Kant como uma “[...] capacidade da vontade de determinar-se por si, de se autodeterminar”. Esse aspecto positivo da liberdade é chamado por Kant de autonomia (REALE, 2005, p. 377).

Todas essas aproximações do sentido de formação implicam na existência de uma esfera pública. Entramos, então, no terreno na política. Ela pressupõe um espaço de encontro de homens e mulheres onde estes possam ser ouvidos, onde possam manifestar sua singularidade. “A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros [...]” (ARENDDT, 2009, p. 62). A crítica aguda de Silva não deixa dúvidas de que essa esfera pública é escassa ou inexistente e, com ela, o próprio sentido de formação está abalado. Para Arendt, “[...] os homens tornam-se seres inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles” (ibidem, p. 67).

Quando nos propomos a refletir sobre a atual experiência universitária devemos necessariamente discutir o sentido de formação. Nossa opção é fazer essa reflexão a partir das experiências de extensão universitária, um campo da universidade que, aos moldes do enunciado de Silva, propõe-se a negar o presente, sendo uma tentativa de resistência à adaptação irrefletida ao presente histórico. O próprio conceito de extensão universitária se encontra em disputa. A concepção de extensão universitária da PRCEU abarca um espectro

grande de ações: dos cursos pagos aos projetos estudantis de interlocução com comunidades, passando por apresentações de teatro, cinema e música.

Deteremo-nos em uma experiência de extensão universitária que para nós se integra na concepção de recusa ao movimento de adaptação. Trata-se da ITCP-USP, programa de extensão universitária vinculado à PRCEU, que iniciou suas atividades em 1998. Seu trabalho objetiva o fortalecimento de ações de Economia Solidária, seja na incubação de empreendimentos econômicos solidários, na formação ou fortalecimento de redes econômicas solidárias ou na formação de estudantes, trabalhadores e professores em torno de temáticas da Economia Solidária e da autogestão. Seus princípios de atuação são a autogestão, a interdisciplinaridade, a educação popular e a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Barbieri (2008), em seu estudo sobre a ITCP-USP, entende que a atuação da Incubadora tem relevância pública por lidar com questões da economia e do mundo do trabalho. Essa relevância a transforma em um espaço agregador de estudantes. A possibilidade de estes interferirem em questões públicas, com a utopia da transformação social, é que torna público o espaço. Para a autora, a Incubadora é um espaço político na medida em que contempla a dimensão do comum, da pluralidade e da ação (2008, p. 60). Interessa-nos mais especificamente refletir sobre como se dá a formação política nesse espaço. A partir do diagnóstico de Silva, da perda do sentido de formação na universidade contemporânea, estudar uma experiência que aponta para caminhos diversos daqueles hegemônicos para a universidade é fundamental para entender a própria experiência universitária atual. Pensar como se dá a formação a partir da experiência da ITCP-USP é entender as possibilidades de resistência a um modelo hegemônico de universidade e os seus sentidos.

## **Metodologia**

Revisão bibliográfica sobre os conceitos de experiência, formação e política, apoio material de entrevistas realizadas por Barbieri (2008). No decorrer da pesquisa anterior, sentimos a necessidade de elaborarmos novas entrevistas, focadas em eventos que são tidos pelo sujeito como transformadoras dentro da ITCP-USP. De forma esquemática, teremos: 1. Revisão bibliográfica dos conceitos de experiência, formação e de política; 2. Pesquisa sobre o histórico da Incubadora; 3. Análise de documentos existentes na ITCP-USP; 4. Análise de entrevistas já realizadas; 5. Novas entrevistas; 6. Análise das novas entrevistas.

## **Atividades desenvolvidas**

### *1. Reuniões de orientação*

Foram realizadas reuniões periódicas desde o início do projeto de pesquisa para orientação de leituras e discussão do projeto. Os temas dessas orientações versaram sobre metodologia de pesquisa, indicações de leitura e revisão de cronograma.

### *2. Leituras orientadas*

A partir dos seguintes textos foram produzidas notas de leitura:

BENJAMIN, Walter. O Narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Mágia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: Obras escolhidas. Vol. 1. **Magia e técnica, arte e política**: Ensaio sobre literatura e história da cultura.

Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**. n. 19. Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

LEFORT, Claude. Formação e autoridade: a educação humanista. In: LEFORT, Claude. **Desafios da escrita política**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. **O mundo vazio: sobre a ausência da política no contexto contemporâneo**. In: SILVA, Doris Accioly; MARRACH, Sonia Alem (Orgs). Maurício Tragtenberg: Uma vida para as Ciências Humanas. São Paulo: Edunesp, 2001.

### *3. Atividades em encontros, congressos e oficinas*

Rede de ITCPs

VII Encontro Internacional de Economia Solidária. 24, 25 e 26 de novembro de 2011, Cidade Universitária, São Paulo-SP. Organização: Núcleo de Economia Solidária da USP. Apresentação do artigo “Universidade, extensão universitária e experiência”.

Congreso Internacional de la Asociación de Historiadores Latinoamericanos y del Caribe (ADHILAC), Buenos Aires, 24 a 26 de setembro de 2012. Aprovação para apresentação do artigo “Universidade, Extensão Universitária e Experiência”.

Revista internacional do Procoas (Processos cooperativos e associativos do grupo associação Universidades Grande Montevideo). Artigo “Universidade, Extensão Universitária e Experiência” selecionado para publicação.

## Resultados

Durante os primeiros meses do desenvolvimento da pesquisa, o ponto fundamental foi aprofundar ideias do projeto inicial. As primeiras discussões que fizemos sobre o tema de pesquisa nos levaram a focar em um conceito não elencado no projeto inicial: experiência. O sentido que Walter Benjamin dá ao termo parecia oferecer uma porta de entrada mais interessante ao estudo da ITCP-USP. O sentido de experiência como aquilo que afeta o sujeito e que é possível de ser narrada, intercambiada entre os seres humanos, colocando-se na contramão do mundo da técnica, da descrição e não da narração, pareceu nos oferecer um amplo conjunto de reflexões que iluminariam a experiência da Incubadora.

Dessa maneira passamos a nos deter nos textos de Walter Benjamin em que ele instaura o problema da experiência no mundo contemporâneo, bem como de alguns autores que refletem a partir das considerações daquele autor, como Jorge Larrosa Bondía e Ricardo Foster. O objetivo desta etapa da iniciação científica passaria a ser a caracterização da ITCP-USP como um local de experiência dentro da universidade.

Foi dessa maneira que começamos a ler alguns textos de Walter Benjamin onde a noção de experiência é trabalhada. Além de outros autores que discutem a experiência a partir da obra de Benjamin, como Jorge Larrosa Bondía e Ricardo Foster.

Procedemos com a análise das entrevistas realizadas com formadores e formadoras da ITCP-USP por Estela Barbieri (2008), porém, pela natureza diversa do que buscávamos, as entrevistas não puderam ser aproveitadas. Nenhuma delas nos indicava aspectos da experiência que gostaríamos de discutir.

Foram feitas novas entrevistas não estruturadas, pedindo apenas que os entrevistados falassem sobre sua experiência na incubadora e se lembravam-



se de histórias que exemplificassem a importância que o programa de extensão teve em sua trajetória na universidade.

Dessa maneira, ao longo dos dois anos de pesquisa, pudemos, no primeiro, nos dedicar a alguns aspectos teóricos relacionados ao conceito de experiência e, no segundo, aprofundar esses aspectos, realizar algumas entrevistas e buscar articulá-las no corpo teórico da pesquisa.

É evidente que o desenrolar da pesquisa demonstrou a necessidade de tempo de qualidade e fôlego que uma investigação de mestrado pode trazer. Como resultado concreto, temos a produção de um artigo que articula os estudos teóricos e algumas entrevistas realizadas para a discussão da relação entre a universidade, extensão universitária e a experiência. Este artigo, que foi sofrendo modificações no decorrer da pesquisa, foi apresentado III Congresso da Rede de ITCPs e I Simpósio Internacional de Extensão universitária e Economia Solidária, realizado em Porto Alegre-RS entre os dias 30 de março e 02 de abril de 2011; foi também apresentado no VII Encontro Internacional de Economia Solidária, que ocorreu entre os dias 24 e 26 de novembro de 2011. Ainda o artigo foi selecionado para incorporar o volume da Revista internacional do Procoas (Processos cooperativos e associativos do grupo associação Universidades Grande Montevideo) e ser apresentado no Congreso Internacional de la Asociación de Historiadores Latinoamericanos y del Caribe (ADHILAC), em Buenos Aires, entre os dias 24 e 26 de setembro de 2012.

O artigo, ainda inacabado, encontra-se no anexo A deste relatório. Na nossa percepção, o item 5 ainda é frágil, carecendo de maior análise e integração ao corpo teórico. Porém, entendemos que ele já aponta para um caminho de análise e demonstra aspectos fundamentais para entender o programa ITCP-USP como potencial para o surgimento de experiências.

## **Referências bibliográficas**

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BARBIERI, Estela Maria. **Extensão e Formação Política na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade De São Paulo** 2008, 84p. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Filosofia da Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.

BENJAMIN, Walter. O Narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Mágia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. Experiência e pobreza. In: Obras escolhidas. Vol. 1. **Magia e técnica, arte e política**: Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

CHAUÍ, Marilena. “A universidade hoje”. **Praga: Revista de Estudos Marxistas**, São Paulo, v. 6, p. 23-32, 1998.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método** – traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997.

KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 1985.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**. n. 19. Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

LEFORT, Claude. Formação e autoridade: a educação humanista. In: LEFORT, Claude. **Desafios da escrita política**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. “A perda da experiência da formação na universidade contemporânea”. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 13(1): 27-37, maio de 2001.

\_\_\_\_\_. “Universidade: a ideia e a história”. **Estudos Avançados** 20 (56), 2006.

\_\_\_\_\_. **O mundo vazio: sobre a ausência da política no contexto contemporâneo**. In: SILVA, Doris Accioly; MARRACH, Sonia Alem (Orgs). Maurício Tragtenberg: Uma vida para as Ciências Humanas. São Paulo: Edunesp, 2001.

REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: de Spinoza a Kant**, v. 4. São Paulo: Paulus, 2005.

## **ANEXO A - Universidade, extensão universitária e experiência**

“Já abundam os homens cegamente convictos, muito "práticos", "úteis" para os serviços do Estado, da Igreja, dos partidos e das empresas comerciais. Pode ser que todas essas instituições lamentem, em breve, a abundância de homens convictos e a falta de homens livres. Então, acusar-se-á amargamente o utilitarismo das universidades modernas”. CARPEAUX, 2006

“(…) se não colocamos a própria universidade em questão, que sentido teria colocar em questão qualquer outra coisa a partir da universidade, isto é, a partir de uma certa inserção histórica e cultural que se expressa numa determinada maneira de investigar, de criticar, de conhecer e mesmo de propor condutas?”

LEOPOLDO E SILVA, 2006

Este texto parte de algumas considerações a respeito do processo de tecnocratização da universidade pública contemporânea, apresentando um tipo de extensão universitária que opera como contradição a esse processo. Como exemplo, teceremos algumas considerações a respeito da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP, buscando entendê-la como um espaço potencial de experiência, a partir de algumas entrevistas. Para este conceito desenvolveremos alguns tópicos a partir das ideias de Walter Benjamin.

## **1. Algumas considerações sobre a universidade contemporânea**

A universidade pública brasileira vive um acelerado processo de privatização de sua forma de organização e a perda de um dos seus mais centrais sentidos: a formação. A tensão da universidade entre se adaptar ao presente histórico ou permanecer descolada dele não é exclusividade de nosso tempo, ela acompanha a história da própria universidade, como sugerem Silva (2001) e Chauí (1998). Para o primeiro, adequar-se exclusivamente ao presente histórico significa responder irrefletidamente aos interesses hegemônicos da sociedade, adaptando-se a eles. Daí a importância desse descolamento, dando tempo e condições de reflexão necessários para o questionamento daqueles interesses. Se essa situação não é novidade na história da universidade, a especificidade contemporânea está na diminuição constante dessa tensão, fazendo-nos conhecer uma universidade que se adapta plenamente ao seu presente histórico, ou seja, torna-se instrumental tecnocrático da sociedade burocratizada.

O contexto mais recente que tornou isso possível foi formado na ditadura militar mediante o esvaziamento da esfera pública (SILVA, 2006). A reconstrução de instituições democráticas após esse período é gradual, pois a democracia não é natural, necessita de um ato de fundação e de processos constantes de aprofundamento. No esvaziamento da esfera pública, lugar da política, o econômico toma grandes proporções e subordina o público ao privado. Não é sem razão que as decisões que envolvem a universidade contemporânea têm como pedra de toque os critérios técnico-operacionais.

A universidade se privatiza ao subordinar-se ao econômico. Torna os interesses particulares, portanto privados, de setores da sociedade que detém grande capital, em objetivos da própria universidade. Trata-se de um sentido diverso daquele chamado da “ideia de universidade”, formulada por seus

fundadores modernos, preconizando uma instituição onde a autonomia em relação à Igreja e ao Estado possibilitasse a produção de conhecimento pela convivência, integração e debate de diversas áreas do conhecimento. É claro que há diferenças e contradições entre as ideias fundantes e a prática histórica de construção e consolidação das universidades. Habermas (1993) problematiza, por exemplo, no caso das universidades alemãs, sobre os perigos de um saudosismo pouco histórico que poderia surgir dessa “volta” à ideia de universidade. Porém, é fundamental, e sem qualquer sentimento saudosista, olhar historicamente para a ideia fundante de universidade, bem como para as suas formas ao longo dos séculos, não em um esforço de retomar um passado perdido, mas sobretudo, em um esforço de compreensão das condições objetivas do presente. Esse gesto de se debruçar sobre as concretizações passadas pode alargar as possibilidades futuras.

A universidade contemporânea passou a ser de um lado o laboratório da maximização dos lucros, a partir da produção de tecnologia apropriada aos grandes interesses econômicos e de outro uma fábrica de mão-de-obra qualificada para ocupar os lugares de gerência da exploração capitalista. Chauí (1998), analisando este mesmo movimento, caracteriza duas tendências não-antagônicas: a da universidade funcional (com o objetivo de preparar mão-de-obra para o mercado) e a da universidade operacional (aquela da eficácia organizacional).

É nesse acelerado processo que a universidade pública se descaracteriza, deixa de ser um espaço de generalidades, para se transformar, sobretudo, em um espaço de especialidades. Aquele sentido de formação de uma cultura geral da universidade humanista é inexistente. Os cursos de humanidades, mais próximos a esse ideal, também se inserem progressivamente em uma concepção produtivista e utilitarista. Utilitarista por que funda seu discurso na pretensão de que todo conhecimento pode ser reduzido a um conjunto de técnicas. A noção de cultura geral e de um conjunto de conhecimentos que não podem ser definidos, mas que fazem parte de uma apreciação do espírito, não tem valor de mercado, não podem se reduzir às técnicas e são para uma

sociedade dominada pelo capital financeiro, inúteis. A alcunha é exata, pois justamente, não são conhecimentos utilitários, não possuem valor de mercado.

Nas palavras de Lefort (1999, p. 219):

(...) a inspiração da educação humanista, era para dar a entender que o conhecimento como tal não pode se isolar da formação do Sujeito, e que o próprio conhecimento, como acesso à cultura, possui dimensão ética, dimensão política, dimensão estética. Esse conhecimento indefinido, não determinável, por excelência não mensurável, é ele agora que se torna da ordem do supérfluo, é agora que se torna da ordem da pura abstração.

Os efeitos desse processo não estão apenas na transformação da universidade de um espaço da cultura geral em um ambiente de formação de especialistas. Um dos efeitos mais importantes para nossa reflexão é o que Silva (2001) chama de “perda da experiência de formação” da universidade, a perda da “(...) possibilidade de o sujeito articular-se historicamente, ou seja, equilibrar a sua inserção no presente a partir de uma articulação entre o presente e o passado históricos” (2001, p. 34).

Apesar de comumente os organismos universitários quererem fazer crer que não há uma disputa política por esses sentidos, apontando ajustes técnico-operacionais para a solução das tensões políticas instauradas na universidade, é justo apontar que esse processo não acontece de forma planejada, homogênea. Há resistência de diversos grupos dentro da universidade, sejam docentes, funcionários ou estudantes. Eventos recentes como a ocupação da reitoria da USP e as reações de parcela da comunidade universitária à entrada da polícia no campus, mostram que há grande tensão na disputa política de sentidos da universidade.

Podemos ainda localizar grupos universitários que a partir da sua prática se configuram como resistência a esse modelo de universidade tecnocrática: os grupos de extensão universitária. Aqui, vale nos determos um pouco sobre as posições práticas que encontram abrigo nessa expressão e, ainda que não



façamos uma definição precisa, possamos identificar aqueles grupos extensionistas que traduzem esse sentido geral de resistência.

## **2. A extensão universitária como resistência**

A extensão universitária como a conhecemos hoje tem suas raízes nas universidades européias, que no século XIX, passaram a sofrer uma pressão da burguesia para ampliar sua formação aos novos setores da sociedade. Dessa forma, inicialmente (e em algum sentido, até os dias de hoje), a extensão universitária era entendida como uma ampliação dos conhecimentos universitários para aqueles que não tinham acesso a ele. No caso das universidades brasileiras, essas tiveram grande influência do movimento de reforma universitária da Universidade de Córdoba no início do século XX. O conhecido Manifesto Liminar de 1918 preconizava uma universidade comprometida com os interesses sociais e que via na extensão universitária um modo de fazer a relação entre produção de conhecimento e os interesses sociais. Essas ideias terão grande influência na fundação da União Nacional dos Estudantes e nos seus trabalhos de extensão na década de 60: os Centros de Cultura Popular, a UNE-Itinerante. Em alguma medida, ainda que não generalizada, uma constante nessas experiências era a ideia de que essa transformação social viria do esclarecimento das massas. Essa visão, ainda que bastante contestável, era resposta da época a como essa relação universidade e interesses sociais poderiam se configurar. Esse caminho iniciado na década de 60 é interrompido com o Golpe de 64, que retira das iniciativas extensionistas seu cunho contestatório. A visão de que a universidade deveria estender generosamente seu conhecimento produzido à população ganha força e em alguma medida vigora na chamada extensão oficial. Exemplo disso, no sítio da internet da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP, no ano de 2009, exibia um texto que diz ser a extensão universitária a face mais generosa da universidade moderna (FAZIO, 2010).

Uma gama de atividades são entendidas atualmente como extensão universitária: museus, teatros, corridas, música, cursos pagos de curta duração etc. Normalmente são atividades que contam com apoio financeiro institucional ou são pagas. Ao largo delas há grupos extensionistas dentro da universidade que por serem semelhantes na sua concepção e nos seus trabalhos acabaram se juntando em um fórum de extensão. Os grupos que compõe esse fórum, normalmente, não são institucionalizados, são compostos majoritariamente por estudantes, atuam com questões sociais ligadas ao mundo do trabalho, moradia, educação, saúde, com financiamento inexistente ou precário, que prezam por uma modo de funcionamento horizontal e são bastante influenciados pelas ideias da educação popular. São grupos que estão, a margem da oficialidade, forjando concepções de extensão universitária, atuando com movimento sociais, descobrindo os limites e as potencialidades da universidade nessas questões. A estrutura precária de grande parte dos grupos evidencia como a instituição universitária não entende como importante experiências desse gênero. A nosso ver, isso se deve ao fato de serem experiências que, ainda que não tenham força política para enfrentar a estrutura tecnocrática da universidade na qual estão inseridas, resistem a essa estrutura e em alguns casos, propoem questões fundamentais sobre o sentido da universidade.

### **3. A ITCP-USP**

Queremos nos deter em uma dessas experiências extensionistas: a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP-USP), programa que existe desde 1998 e é vinculado à Pró-reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo que, por meio da execução de projetos, tem por objetivo a geração de renda a partir do trabalho coletivo, autogestionado, cooperativo. As suas atividades estão situadas nas periferias da cidade de São Paulo, mais especificamente na zona sul, região do Campo Limpo e zona

oeste, região do Jardim Jaqueline. Atualmente, há projetos ligados a bancos comunitários, incubação de empreendimento econômicos solidários e atuação em escolas de educação de jovens e adultos. Trata-se de um trabalho bastante diverso e que tem a economia solidária como seu eixo norteador.

A economia solidária foi definida pelos seus diversos atores (empreendimentos econômicos solidários, gestores públicos e entidades de fomento – segmento onde está inserido a incubadora) durante a I conferência nacional de economia solidária como uma prática de produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão, caracterizando-se:

“(…) por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital” (BRASIL, 2006, p. 57)

Na prática, o funcionamento da incubadora se dá a partir das diretrizes que saem do espaço coletivo de tomada de decisões que é chamado de conselho, instância que reúne todos os trabalhadores da incubadora. Há projetos ocorrendo simultaneamente, sendo divididos por equipes de trabalhos que compõe outros espaços de decisão subordinados ao conselho. Tanto a escrita dos projetos quanto a sua execução é feita em parceria entre os estudantes, funcionários e professores. Daí nasce a autogestão da incubadora.

#### **4. A experiência**

O termo experiência, na história da filosofia, tem largo passado e uma polissêmia que não cabe nestas reflexões. Lalande (1999, p. 365) separa o termo experiência em dois grandes grupos: a experiência em sentido abstrato e geral e a experiência em sentido concreto e técnico. Do primeiro grupo há outros três subgrupos que concernem sentidos diversos para o termo; o

primeiro tem a experiência como um evento não transitório que enriquece o pensamento; o segundo, um conjunto de modificações vantajosas trazidos pelo exercício das faculdades; o terceiro, um exercício das faculdades mentais que traz ao espírito conhecimentos válidos, não implicados na natureza do espírito. O segundo grupo compreende as definições que entendem a experiência como experimentação. Nessa compreensão, a experiência é “o fato de provocar, a partir de certas condições bem determinadas, uma observação, tal que o seu resultado, que não pode ser assinalado de antemão, seja capaz de fazer conhecer a natureza ou lei do fenômeno estudado”(LALANDE, 1999, p. 367). Cabe apenas assinalar que a aceção de experiência que nos interessa, a de Walter Benjamin, poderia ser inserir, não sem alguns problemas, no primeiro grande grupo apontado por Lalande. Passemos à essa aceção.

A compreensão da experiência em Walter Benjamin pode ser encontrada, principalmente, em dois pequenos textos: “Experiência e pobreza” e “O narrador”. Com alguns anos de diferença entre suas publicações, eles chegam a conclusões diversas. No primeiro, Benjamin ainda confia em uma certa criação bárbara como resposta ao declínio da experiência. No segundo, o caminho traçado pelo autor é profundamente mais cético (GAGNEBIN, 2004, p. 56-57).

Benjamin inicia sua argumentação com a assertiva que estamos cada vez mais privados da faculdade de intercambiar experiências, a perda do canal de comunicação entre os sujeitos: a arte de narrar. O fim da arte de narrar é sintoma do declínio da experiência. Esse declínio pode ser percebido pela atitude típica do narrador: o conselho. Nas palavras de Benjamin, “(...) Aconselhar é menos responder uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada” (1994, p. 201). O diagnóstico do autor é que atualmente e progressivamente, os conselhos são estéreis, não encontram substância de comunicação. A sabedoria como conhecimento das atividades humanas e da melhor maneira de dirigi-las perde sua função quando ela não é passível de ser comunicada (ABAGNANO, 2007).

O problema da comunicação também é o problema do encontro.. A transmissão da experiência necessita de um espaço e de linguagem. Precisa necessariamente do encontro entre homens e precisa de autoridade, aquela do narrador de histórias, do mais velho, experienciado nas coisas da vida. O mundo contemporâneo se constrói a partir da lógica da técnica, que sobrepõe e subjulga o homem. Suas mundaças vertigionosas fazem com que ninguém mais tenha segurança em fazer juízos de experiência aos mais jovens, pois aquilo que nos serviria seguramente para a os caminhos da experiência já não nos servem mais. Os conselhos são ultrapassados a cada dia. Nesse contexto a relativização dos princípios encontra abrigo e a experiência encontra nesse mesmo bojo sua miséria.

Acabamos por tocar em um ponto fundamental: a falta do encontro. Quando nossos problemas se configuram como uma falta de encontro entre os homens, estamos fundamentalmente no campo da política. Se a experiência necessita de espaço e linguagem e se entendemos que a ITCP-USP é um espaço propícia à experiência, estamos falando que a incubadora pode ser entendida como um lugar de encontro, um espaço político, resistência dentro de uma universidade administrada, para utilizar a expressão de CHAUI (2001).

Dando um passo atrás, a questão fica ainda mais clara quando passamos a entender o declínio da experiência também a partir do desenvolvimento da ciência moderna, da compreensão da passagem histórica a partir da qual o homem passou a considerar a experiência como modo inadequado de compreensão do mundo. Foster, em seu texto “Os tecidos da experiência”, onde traz comentários da obra de Benjamin e Agamben, aponta como ponto de crucial importância a ruptura entre o que antes era entendido como modo de conhecimento do mundo e a ciência moderna. “A outra forma de experiência que dominou o conhecimento do mundo até o século XVII foi a experiência ligada aos sentidos. Eu tenho a experiência dessa mesa tocando-a ou vendo-a. O corpo como portador de um saber que através dos sentidos descreve a

ordem do mundo” (FOSTER, 2009, p. 124). A experiência dos sentidos não é mais confiável para conhecermos o mundo. Houve um deslocamento do lugar adequado desse conhecimento para fora do próprio homem (Idem, p. 121) . Arendt discute essa questão em *A condição humana* no capítulo "A descoberta do ponto de vista arquimediano". A autora situa o evento da descoberta do telescópio por Galileu como central para a localização do lugar de onde se farão os juízos sobre a natureza.

(...) é como se a descoberta de Galileu comprovasse com um fato demonstrável que tanto o pior temor quanto a mais presunçosa esperança da especulação humana – o antigo temor de que os nossos sentidos, nossos órgãos para a recepção da realidade, podem nos trair, e o o desejo arquimediano de um ponto fora da Terra a partir do qual o homem pudesse erguer o mundo – só pudesse ser satisfeito contanto que perdêssemos a realidade, e o temor só se consumasse se compensado pela aquisição de poderes supra-mundanos (ARENDR, 2010, p. 326-327)

Este ponto arquimediano, de onde são formuladas as leis da ciência, e que historicamente já foi o próprio homem, a Terra, o Sol, agora torna-se qualquer lugar no universo. Nas palavras de Arendt, “(...) movemos o ponto arquimediano (...) para um ponto do universo onde nem a Terra nem o Sol são o centro de um sistema universal. Significa que já não nos sentimos nem mesmo presos ao Sol, que nos movemos livremente no universo, escolhendo o nosso ponto de referência onde quer que seja conveniente para um fim específico” (Idem, p. 328)

Esse movimento foi acompanhado, e possibilitado, pelo *reductio scientiae mathematicam*, ou seja, pela compreensão de que os eventos sensoriais só teriam valor a medida que pudessem ser reduzidos a símbolos matemáticos (Idem, p. 330). Para Arendt é um duplo sentimento de desespero que afeta o homem: a descoberta do ponto arquimediano e a admicção de que os sentidos o traíram (Idem, p. 334)

O homem foi expropriado da possibilidade de fazer juízos sobre o mundo a partir de sua experiência, de seus sentidos. É o exato lugar onde o experimento sobrepõe a experiência. Benjamin fará uma bonita imagem sobre esse processo: a galvanização, o processo de revestimento de metais por outros menos nobres. Em geral esse procedimento acontece para fins estéticos ou para evitar a corrosão dos metais. Para Benjamin, é o que estamos fazendo com a experiência, inserindo nela camadas menos nobres, substituíveis, estéticas, superficiais: a nova roupagem do mundo.

Podemos agora tomar distância para avaliar o conjunto. Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do "atual" (BENJAMIN, 1987, p. 119)

A atualidade, condição na sociedade da técnica, imprime um movimento vertiginoso de mudanças, sobreposições e novidades. Nada é duradouro, pois tudo deve ser sempre novo e atual. Essa é a moeda miúda a que Benjamin se refere. O desenvolvimento da técnica e a sua sobreposição aos homens fez com que a técnica virasse modo principal na resolução de todos os problemas humanos. O que não está dando certo necessita de um "ajuste técnico", de um especialista, de alguém que indique a melhor maneira de condução de um processo. Benjamin entende a loga, a Quiromancia, o vegetarianismo, como técnicas de 'galvanização', de ajustes, reformas, não mudanças de fato. Uma e outra vão se substituindo numa constante busca do melhor modo de operação. Pouco importa se de fato conferem resultados, o fundamental é que sejam novidades. Este é o mundo em que tudo passa a ser passível de tecnização. A esse respeito, Franklin Leopoldo e Silva tece comentários fundamentais em seu texto *O mundo vazio: sobre a ausência da política no mundo contemporâneo* (2001).

O autor entende que a visão iluminista de que o tempo forte da humanidade é o futuro foi substituída contemporaneamente pelo alargamento do futuro, que tomou o presente. Em suas palavras: "(...) o futuro deixou de estar além do

presente, à nossa frente, para estar no presente e em nós, como se fora uma invasão do presente pelo futuro” (2001, p. 241). Para o autor o futuro usurpou nosso presente. A partir das reflexões de Michel Freitag, *Le Naufrage de L'Université*, Silva aponta como um dos fatores desse fenômeno uma “(...) perda de controle do processo civilizatório, na modernidade entendido sobretudo como o progresso científico e tecnológico” (Idem, p. 241). A ideia de progresso, de cunho iluminista, entendia a presença da reflexão constante sobre as produções dos homens. O homem, como sujeito absoluto desse processo, deveria controlar e sujeitar a técnica. Para o autor, ocorreu que o homem subordinou sua reflexão à ação. “Se nos tornamos prisioneiros de um futuro “presentificado”, é porque nos apropriamos de nosso futuro de maneira “irreflexiva e irrefletida”, deixando fazer o nosso fazer, submetendo-nos a ele na medida em que seu poder se acumulava de forma exterior a nós, técnica, tecnológica, tecnocraticamente (Freitag, 1995, p.12)” (Idem, p. 242).

Para o autor, quando há a separação entre conhecimento, ação e reflexão, torna-se inviável a tarefa iluminista de que o conhecimento deveria ser um projeto de progresso individual e social (Idem, p. 243). O homem se subordina ao seu próprio fazer. Entramos então no campo da tecnocracia: “a autonomia da técnica e o controle técnico sobre todas as dimensões da vida” (Idem, p. 244). É nesse momento que a técnica se transforma no próprio poder, havendo um processo de autonomização da técnica, a partir da ação irrefletida.

É nesse sentido que a medida que a reflexão é presente, o poder e a técnica se diferenciam pelo fato de que o poder está associado ao discernimento. Na sua ausência, o uso da técnica tem como sua medida a própria técnica. Silva cita Freitag (1995, p. 15) ao dizer que “O futuro é a autonomização do funcionamento e da operatividade dos meios em relação aos fins, os meios deixam de estar sujeitos aos fins”. É justamente na autonomização dos meios sobre seus fins que o futuro é presentificado.

A mecânica do raciocínio que ocorre aqui não é difícil de discernir: como o progresso é considerado apenas da perspectiva de aprimoramento e acúmulo instrumental,



podemos não apenas usufruir do progresso, mas também acelerar o tempo do progresso. E devemos fazê-lo porque a maneira técnico-instrumental de viver o tempo é acelerar seu ritmo, já que a duração é medida pelo acúmulo e melhoria do aparato instrumental. Isso ocorre em todos os setores de atividade: economia, comunicações, organização social, lazer, ensino etc. É o que Freitag chama de "promoção sistemática do futuro (SILVA, 2001, p. 244)

Na promoção sistemática do futuro, a balança entre meios e fins é descompensada. “A esfera dos fins esvaziou-se e foi ocupada pelos meios, o que é simétrico ao esvaziamento do presente, pois seria na dimensão do presente que deveria ocorrer a reflexão acerca do equilíbrio entre os meios e os fins” (SILVA, 2001, p. 245)

Nesse contexto, a experiência como acontecimento que transpassa o sujeito e o modifica não é mais possível. É desejável por essa cultura, que os homens não mudem, não passem por transformações, incômodos. Isso só se torna possível a partir do desterramento da tradição. Quando nos detemos nas narrações proporcionadas pelo trabalho da ITCP-USP, podemos perceber um traço fundamental: aqueles sujeitos se transformaram, a narração então se constitui como enunciado de um evento de transformação do próprio sujeito. Mostra-se como momento crucial da formação.

Podemos nos aproximar um pouco mais dos sentidos de experiência da obra de Benjamin, a partir dos dois textos já citados e de alguns de seus comentadores: Larrosa Bondía, Foster e Gagnebin.

Para Larrosa, a experiência é o que nos acontece, um evento que afeta o sujeito, que passa por ele. Gagnebin lembra que a “(...) a palavra *Erfahrung* [experiência] vem do radical *fahr* – usado ainda no antigo alemão no seu sentido literal de percorrer, de atravessar uma região durante uma viagem” (2004, p. 58). A experiência, portanto, guarda um sentido de travessia, de viagem.

A lógica da experiência se opõe à lógica do experimento, pois a primeira “(...) configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo” (LAROSSA, 2002, p. 27), a segunda se configura a partir da experimentação de um evento, sua produção é o consenso e a reprodução um atributo fundamental, inclusive na sua validação como ciência.

Ainda podemos contrapor a lógica da experiência a uma lógica da informação. Benjamin entende a informação como uma nova forma de comunicação que se sobrepõe à narração. Larrosa (Idem, p. 202-203), vê uma importância especial nesse aspecto da contemporaneidade assinalada por Benjamin, pois a informação deve bastar em si mesma, não compreende espaços de criação, modo que narração, porosa, permite e lhe é fundamental. A informação está para a experiência assim como o dicionário está para a gramática de uma língua. Enquanto o primeiro trata de definições precisas de vocábulos e é estático (o número de vocábulos aumenta exponencialmente, mas suas definições não sofrem alteração) o segundo trata da articulação complexa entre os inúmeros elementos de uma frase (há a liberdade criação de articulação entre os elementos de uma frase podendo gerar resultados únicos a cada nova combinação).

Dessas contraposições, podemos enunciar um sentido de experiência. Nas palavras de Foster (2009, p.122-123)

(...) a experiência é particular, contingente, frágil e cuja transmissão não está assegurada, mas faz da narração o veículo indispensável para que de geração em geração possam ir recuperando e escutando as palavras que guardam no tesouro da experiência (...) A experiência (...) é essencialmente a narração da fragilidade humana.

A experiência pressupõe uma temporalidade de gerações, ou seja, uma tradição compartilhada na linguagem em uma comunidade, transmitida entre as gerações. Não são simplesmente transmitidas, ouvidas, mas seguidas, formando os indivíduos dessa comunidade (GAGNEBIN, 2004, p. 57). O

conselho, momento fundamental da experiência, pode acontecer apenas quando uma história consegue ser dita, quando a experiência se transforma em linguagem.

Portanto, além de entender o evento da experiência, entender quem é o seu sujeito e o saber gerado por esse encontro, parece fundamental. Larrosa, a partir das considerações de Benjamin, acha caracteriza a experiência, buscando relações que apontem para quem é o seu sujeito e qual o saber que é gerado pela experiência.

(...) o sujeito da experiência é também um sujeito sofredor, padecente, receptivo, aceitante, interpelado, submetido. Seu contrário, o sujeito incapaz de experiência, seria um sujeito firme, forte, impávido, inatingível, erguido, anestesiado, apático, autodeterminado, definido por seu saber, por seu poder e por sua vontade (LARROSA, 2002, p. 25)

O sujeito da experiência explicita um sentido duplo do vocábulo 'sujeito': "(...) o eu, o espírito ou a consciência, como princípio determinante do mundo do conhecimento ou da ação, ou ao menos como capacidade de iniciativa em tal mundo" (ABAGNANO, 2007) e também a designação daquele que é sujeitado, que sofre a ação de sujeição, que aceita passivamente uma dominação. Cabe bem essas duas acepções para o sujeito da experiência, fazendo uma ressalva à segunda acepção: não se trata da passividade pela dominação de um ser humano sobre outro e sim da passividade do sujeito em relação ao evento da experiência. Ela é então aquele acontecimento que nos passa e nos transforma. É um evento que afeta o sujeito. Larrosa se fundamenta no próprio Benjamin para explicitar a passividade do sujeito da experiência:

Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. (BENJAMIN, 1994, p. 205)

Benjamin vê ligações entre a experiência e o trabalho artesanal. Ele se pergunta se a relação que um narrador tem com a vida humana não se trata de uma relação artesanal. “Não seria sua tarefa trabalhar a matéria-prima da experiência - a sua e a dos outros - transformando-a num produto sólido, útil e único?” (Idem, p. 220) Como se ele aos moldes de um marceneiro, ele escolhesse as experiências, atribuindo-lhes forma e significado, transformando esse material bruto em sínteses da experiência humana. O trabalho é artesanal por que não há como produzir em série, reprodutivamente, a experiência humana e tampouco sua comunicação. Ao se industrializar a experiência perde que há em si de singular, torna-se produto, vira informação.

Aqui temos outro elemento que aproxima a ideia de experiência dos trabalhos da ITCP-USP. Ao propor um modo de produção, comercialização e consumo, que seja autogestionado, que rompa com a lógica do patrão-empregado de alienação e expropriação para produção de mais-valia, inevitavelmente a Incubadora (e extensivamente a Economia Solidária) acaba se aproximando de uma certa ‘lógica artesanal’ do trabalho. Não queremos dizer que há uma proposta de transformar o trabalho industrial em artesanal, mas que há uma certa lógica artesanal, quando parâmetros como lucro, produtividade, exploração são deslocados. Essa lógica advém da lugar onde o sujeito está colocado. Ele não é peça do processo de produção industrial e sim o centro da produção econômica. A produção está a serviço daquele sujeito e não o contrário. Trata-se de um sujeito.

O encontro desse sujeito com um evento que lhe afeta e que o afetando faz com que ele transforme em narração o sentido que o evento lhe impõe, gera um saber.

Este é o saber da experiência: o que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece (LARROSA, 2002, p. 27)

É na elaboração de um sentido para a nossa narrativa no mundo que se constrói o saber da experiência. Por isso, em acordo com a lógica da narração, como discutimos acima, ela é particular, contingente, pessoal. Sendo o centro da experiência a relação entre os acontecimentos e o sujeito, o saber da experiência, ou seja, o sentido atribuído ao que acontece ao sujeito, só pode ser pessoal, relativo. Apesar de ser um saber enunciável, que pode ser contado aos outros sujeitos, e até generalizável, no sentido de que ela pode fazer parte da experiência contado pelos mais velhos, é um saber adquirido pelo sujeito na atribuição de sentido daquilo que lhe acontece.

É o caso da narração do banco comunitário. Trata-se de eventos que aconteceram a sujeitos, transformaram-os e que produziram uma narração de um sentido para o que lhes aconteceu. Produziram um saber a medida que são histórias contadas e recontadas no espaço da incubadora por que contém ensinamentos sobre a própria incubadora, sobre o seu trabalho e a sua resistência. Histórias como essas nos indicam a incubadora como um espaço potencial de experiências. Isso será fundamental para discutirmos a formação na universidade contemporânea. Nas palavras de Larrosa:

Se o chama “princípio de transformação” é porque esse sujeito sensível, vulnerável e ex/posto é um sujeito aberto a sua própria transformação. Ou à transformação de suas palavras, de suas ideias, de seus sentimentos, de suas representações etc. De fato, na experiência, o sujeito experiência algo, porém, sobretudo, experiência sua própria transformação. Daí que a experiência me forma e me transforma. Daí a relação constitutiva da ideia de experiência e da ideia de formação. (LARROSA, 2009, p. 17)

A experiência enquanto tradição compartilhada entre gerações parece estar perdida, ao menos nos grandes centros urbanos, catalisadores de toda a barbárie apontada por Benjamin. Caracterizar a ITCP-USP como uma iniciativa potencialmente geradora de experiências apenas faz sentido se estamos falando em apreender elementos constitutivos desta e daquela, tecendo considerações sobre como essas características, em um contexto de declínio

da experiência, da perda do sentido de formação na universidade, podem ser encaradas como resistência.

Gagnebin (2004, p. 55) nos alerta desse perigo, bastante comum ao se tratar da ideia de experiência em Benjamin. Foster é certo nessa questão quando diz que

A reconciliação não tem nenhuma garantia, a realização utópica carece de toda garantia, a memória pode desvanecer-se de uma vez e para sempre. Mas, sem o esforço da rememoração, sem voltar a escutar as narrações esquecidas, sem auscultar o não pronunciável da linguagem, o destino é a barbárie. (FOSTER, 2009, p. 128)

## **5. Aspectos da ITCP-USP como lugar potencial para experiências**

A partir da entrevista de alguns formadores e formadoras da Incubadoras pudemos perceber alguns aspectos centrais que tornam o programa em um lugar propício para experiências que afetem o sujeito de tal forma que mudam sua trajetória, sua narrativa de vida. Trazemos algumas histórias, mais ou menos exemplares, que retratam esses aspectos: a) a transformação do sujeito a partir da participação em um espaço público, b) A dimensão da política em oposição à violência, c) a fragilidade estrutural e a responsabilidade coletiva, d) julgamento como enfrentamento à burocracia. Nos parece que esses aspectos juntos formam um importante espectro sobre a potencialidade da Incubadora para o surgimento de experiência e sua excelência na formação de estudantes. Passemos então a conhecer algumas histórias e fazer pequenos apontamentos em cada uma delas afim de explicitar a importância da sua dimensão.

a) Espaço público e transformação do sujeito

*Me lembro de uma sexta-feira em que a Juraci foi receber o certificado dela do curso de informática. Juraci trabalhava como agente local no centro de referência em economia solidária da zona sul de São Paulo Paulo e se aproximou da incubadora quando fazia o trabalho de limpeza do espaço. Mais tarde ela foi convidada a fazer formações e se tornar agente local, função de articulação comunitária em torno da temática. A ideia era que ela pegasse o certificado no final da sexta, onde faríamos um pequeno momento para isso. Deram um informe no começo do dia e ninguém deu muita importância pra isso. Lembro de ter ficado chateado com esse descaso das pessoas. Mas quando ela recebeu o certificado do curso de informática que havia feito, começou a contar sua trajetória na incubadora, de faxineira a agente local e do quanto a convivência naquele espaço e com essas atividades tinham mudado ela. Até chorei. Concretizei na minha cabeça aquilo que a prof.a. Sylvia dizia, do crescimento das pessoas em espaços autogestionários! Entender a trajetória daquela mulher e sua transformação foi, para mim, vital. Fundamental para que eu continuasse na incubadora. Percebi ali que o trabalho com grupos autogestionados têm um importância significativa e uma potencialidade gigantesca. No final das contas, aquela entrega de certificado, que para a Juraci era muito importante, para mim foi tão importante quanto. Me fez entender e valorizar a dimensão do trabalho que fazia (Diego)*

O relato acima aponta para uma dimensão fundamental quando se trata de trabalhos em Economia Solidária. Se de um lado a plena satisfação das necessidades, a partir do engajamento econômico de indivíduos a margem do capitalismo, é fundamental em um trabalho que se pretende econômico, a transformação (ou formação) dos sujeitos envolvidos no processo autogestionário é imprescindível, pois parte da premissa da economia solidária que atuar com o trabalho, categoria central em toda ideia de mudança social do marxismo, é o caminho mais sólido para a transformação dos sujeitos.

O espaço de autogestão, ao transformar a hierarquia das decisões na democracia das assembleias, impulsiona o sujeito a se colocar perante inúmeras situações que antes não lhe cabiam. Dessa maneira, uma faxineira, que executava um trabalho subordinado, a partir da participação em espaços

onde ela pudesse se colocar, colocar sua voz e sua ação. Diego, no relato acima, entende essa importância ao ver, na concretude da entrega de um certificado, uma importante mudança na trajetória da Juraci. É mais ou menos esse mesmo tom que Thais aponta em suas memórias do seu tempo de incubadora.

*Era uma vez eu entrando na incubadora, um espaço de extensão universitária gerido por estudantes, que, na época, tinha cerca de 70 pessoas trabalhando! Bom, imagine as reuniões de sexta-feira de conselho da incubadora com 70 pessoas, duas ou três rodas de cadeiras, com pessoas que se dedicavam àquilo de corpo e alma, discutiam as questões de modo inflamado, chegando um e outro a sair chorando nas pautas mais tensas. Alguns dias era bem assustador aquele espaço, principalmente para uma pessoa super tímida como eu que, nesse contexto, não conseguia nem me imaginar fazendo uma fala ali. E fui me envolvendo mais e mais com o trabalho e a incubadora. E a incubadora também foi mudando, pessoas saindo, pessoas entrando, outros projetos, outras pautas. Fui aproximando da coordenação geral e me interagindo das questões e da forma como eram tratadas ali. Até que chegou o período de mais uma eleição da coordenação e, para a minha surpresa, me indicaram para ser candidata à coordenação. Não fazia sentido para eu aceitar naquele momento e tinham outras pessoas com mais bagagem dispostas a pegar a coordenação. Tradicionalmente, na reunião de sexta-feira seguinte, os indicados se colocavam aceitando ou recusando a indicação. Fui pra reunião pensando o que eu ia falar, os motivos que me levavam a recusar a indicação. No momento das colocações dos indicados, me inscrevi, fui vendo minha vez de falar pra todo mundo na “temida” reunião de sexta-feira chegando até que chegou. E falei que pensava que não era o momento ainda pois queria me dedicar às outras responsabilidades que eu tinha pego, que eu achava que tinham muitas coisas que eu gostaria de fazer lá e tal. Depois da reunião, me dei conta que essa era a primeira vez que fazia uma fala maior, com inscrição, tendo pensado e planejado o que eu queria falar antes. Até ali, de vez em quando, no máximo, saía alguma fala rápida no meio do calor de alguma discussão. Nas eleições seguintes, fui indicada novamente, aceitei ser candidata e entrei na coordenação*



*geral, com mais uma pessoa. Fiquei um ano e meio aí, o que incluía tocar, mediar e ser responsável pelas reuniões de sexta-feira em geral, o que fiz incontáveis vezes! E, então, algo que eu nem conseguia imaginar me sentindo à vontade para fazer uma vez ou outra passou a ser algo que eu fazia sempre, toda semana. Difícil, desafiador lidar com as questões daquele espaço, mas sem medo mais da minha própria fala ou do espaço de discussão com todos... Anos depois, conversando com uma outra pessoa que havia sido da incubadora da época das antigas, lembramos daquela reunião de sexta-feira das indicações e ela lembrou que eu “tinha feito uma fala linda” naquele dia. Pra mim, o momento daquela fala foi muito marcante... (Thais)*

Trata-se do mesmo tom que Diego se refere: o sujeito entendendo uma mudança importante

*Penso nas conquistas femininas das mulheres dos grupos. Muitas delas que deixaram de sofrer violência, se posicionaram frente a seus maridos, não se sujeitando a serem empregadas desses. Lembro da história da Alvinha. Quando conheci esta mulher era a época do Oportunidade Solidária<sup>1</sup>. O marido dela deixou ela ir às reuniões do programa, porque dizia que ela não tinham nada o que fazer, como se fosse uma bondade da sua parte. Ai ela foi, acompanhando o curso, encontrando com as mulheres, havia conversas só entre as mulheres, oportunidade para elas falarem sobre questões particulares, pessoais, familiares. Ela dizia que o marido era sempre grosseiro. A filha mais jovem achava aquilo normal. A menina tinha um discurso “ele é homem, ele tem razão”. Então ele batia, humilhava e ainda dizia que ele tinha razão. Nesses contatos com a economia solidária ela acabou participando de um primeiro grupo de artesanato que logo se desfez. Pouco depois disso ela encontrou uma mulher e juntas fundaram uma cooperativa de produtos de limpeza. O marido achava muito estranho e as vezes acompanhava ela pra ver se ela realmente estava indo trabalhar e sempre muito mal educado. Ela enfrentou ele, pois ele não queria que ele fosse mais no grupo. Ele bateu nela. Orientamos ela a denunciá-lo. Ela dizia que isso não adiantava e que*

---

<sup>1</sup> Explicar o programa

*ela ia enfrentar. Ela foi quebrando o gelo dessa relação. Até que um dia ele falou que ela tinha que sair do grupo, para viajarem de volta para a terra dela. Ela ficou uma semana lá, se separou do marido e voltou pra São Paulo, montou um brechó e hoje sobrevive bem. O marido voltou para São Paulo, voltou com ela, agora com a relação mudada. Não faz muito tempo que ele morreu. Ela cobra atitudes da filha dela. O trabalho em economia solidária mostrou pra ela outras coisas. A primeira delas foi o encontro com outras mulheres que tinham a vida completamente regrada pelo marido. Ao encontrar outras pessoas, em um espaço de autogestão, ela se fortaleceu também nesse encontro. A economia solidária dá oportunidade da pessoal se reconhecer e mostra outras formas de se relacionar.*

*A Juraci. Ela não precisa ser só ordenada, mandada, mas ela pode seguir seu próprio desejo, enquanto mulher. Hoje, a Jura fala pra filha dela, eu não sou obrigada a nada. “agora eu tenho marido, casei e terei que fazer tudo pra ele”. Ela disse não e diz não. Ela fala pra filha que com todas as dificuldades, conseguiu criar a filha e que ela não deve ser submissa. Diz pra ela, enquanto mulher, ela não deixar isso acontecer com ela também. A Jura saiu de uma função de faxineira, onde era mandada, subordinada, e foi para uma cooperativa, maravilhada pela possibilidade de dizer, de usar sua voz. na sua trajetória a partir da participação em espaços públicos (Lúcia)*

As histórias relatadas evidenciam transformações ocasionadas a partir da participação de um espaço público, ou seja, em um espaço onde as singularidades podem aparecer, se tornar voz.

#### b) A dimensão da política em oposição à violência

*Ju: em uma reunião de formação, estávamos nós, um grupo de estudantes que trabalhavam na incubadora e o professor Paul Singer. A partir das colocações do professor, não muito afeito às ideais de revolução armada, um dos estudantes pondera “Mas professor, dessa forma, sem fazer a revolução, não conseguiremos mudar...”, ao*

*que o professor responde “Fernando, minha geração aprendeu a lutar em trincheiras, um ao lado do outro, sem nos vermos. A sua geração tem que aprender a lutar um olhando pro outro, em roda, conversando, discutindo, sem armas”. Essa fala impactou a todos ali, pois o professor se colocava fundamentalmente a partir de um princípio radicalmente democrático.*

### c) a fragilidade estrutural e a responsabilidade coletiva

*Gabriela Iglesias: Algo que eu senti diferença foi no processo de Fundo da incubadora, quando ficamos sem recursos. Depois desse processo eu me senti muito mais responsável. Foi o momento em que mudou a minha relação com a incubadora, porque tinha uma galera um pouco mais velha saindo. A gente teve que segurar a bronca, foi um processo de se apropriar do espaço. Eu já estava na incubadora há alguns meses, mas como nova. E depois, discutindo sobre esse momento com outras pessoas, vi que a gente se tornou velho ali. Um monte de gente saiu da incubadora e nós resolvemos ficar. O Fundo foram meses de se sentir responsável, se sentir muito mais responsável pela continuidade da incubadora. Caiu a ficha em um dia em que teve uma reunião geral, a situação estava tensa e chamamos os velhos, aqueles da fundação da incubadora e os que vieram depois. Era um momento de crise. Acho que essa reunião foi quando estávamos nos reorganizando, no fim de Fundo. Eles disseram que esse era o processo mesmo, que também haviam passado por crises e que agora a responsabilidade era nossa e isso fazia parte de tocar a incubadora. Aquela sensação, a crise, era parte de um processo que eles também viveram. E foi nessa reunião que me caiu a ficha. Nossa, estou virando “velho”, porque a gente tava segurando a incubadora e era responsável por aquilo. Mudou minha relação com a incubadora*

*Ana Luzia: (...) É isso, antes tem apenas a sua relação com a incubadora, mas depois de um tempo você se sente “a incubadora”. Uma história que lembro é algo que a Gabi falava e que só depois eu me liguei: o nosso primeiro Fundo. Você percebe que é implicado naquele grupo de outro jeito: você não é recebedor de bolsa e fazedor de trabalho, “o sistema é nós”, você é o grupo, na hora que você tem que dividir. Pra mim foi o primeiro momento em que*

*sentimos inteiramente implicados e parte do grupo. Não era mais a gente que tava chegando, mas gente que tinha responsabilidade de viabilizar seu próprio trabalho. (...) eu percebo muita a diferença de postura. Que é como acontece na incubadora, a gente chega, fica olhando, o que eu posso ajudar, depois, você tá tão imerso que você perde a noção do que está fora e dentro. Ai a incubadora te pegou!*

A incubadora, mesmo sendo um programa institucionalizado da Pró-reitoria de Cultura e Extensão da USP, recebe desta apenas o local sede de suas atividades e despesas estruturais como água, energia elétrica, internet, mobiliário, café e papel higiênico. A remuneração dos estudantes que desenvolvem as atividades do programa, bem como o custeio das atividades em si, se dão a partir de convênios, principalmente com o governo federal (Ministério do trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Educação, Ministério da Ciência e Tecnologia etc). Esses convênios funcionam na lógica de projetos, com duração máxima de dois anos. Portanto, sem financiamento contínuo, a estrutura financeira das atividades realizadas pela incubadora é precária.

Tradicionalmente a incubadora optou por não atuar por projetos, apenas ser financiada por projetos. Isso quer dizer que ainda que um determinado convênio se encerre, as atividades consoantes a ele não são completamente paralisadas. Isso porque o tempo de um convênio nunca é suficiente para realizar ações duradouras nas comunidades trabalhadas.

Aliando a inconstância do financiamento à opção de permanecer com as atividades para além do financiamento, a incubadora se vê comumente em crises financeiras. Essas crises recebem o nome de Fundo. Portanto, Fundo é o momento em que as atividades da incubadora não contam com financiamento adequado para sua execução e as pessoas perdem parcelas de sua remuneração.

Outro elemento que aparece nas narrativas e que merece esclarecimento é a rotatividade de formadores na incubadora. Tratando-se de um programa de extensão universitária composto em grande parte por estudantes de graduação, é de se esperar que a permanência desses

estudantes esteja vinculada à sua permanência na universidade, ou mesmo, na graduação. Ainda, com a instabilidade de financiamento, condições materiais de sustentação desses estudantes são prementes à execução das atividades extensionistas, não raro são os casos de estudantes que deixam os trabalhos da incubadora para assumir trabalhos de remuneração mais adequada às suas necessidades.

Nos trechos de entrevistas que iniciam este texto, duas formadoras da incubadora, que entraram juntas no programa, relatam esse mesmo evento, o Fundo, como definidor da sua trajetória na ITCP. Colocam como fundante um momento de crise das atividades da incubadora, o exato momento de se responsabilizar pelo lugar e suas atividades, sintetizado por Analu na frase “Ai a incubadora te pegou”. Nos parece que esse se responsabilizar pela Incubadora, a partir desses dois trechos, têm a ver com se inserir em um espaço político, entrar como singularidade nesse espaço, se reconhecer entre seus iguais. Para desenvolver um pouco mais essa ideia vamos discorrer brevemente sobre duas ideias importantes em política e que nos parecem iluminar o trecho da entrevista: crise e responsabilidade. Trata-se de uma iluminação focal, ou seja, estamos buscando alguns aspectos que possam nos mostrar a incubadora como um lugar potencial para a experiência.

Quando nos referimos ao processo de crise estamos nos referindo a um momento especialmente propício à política. Aqui podemos lembrar Arendt, que em seu ensaio *A crise na educação*, enuncia que a crise fornece uma oportunidade

(...) a qual tem sempre como efeito fazer cair máscaras e destruir pressupostos – de explorar e investigar tudo aquilo que ficou a descoberto na essência do problema (...) O desaparecimento dos pressupostos significa simplesmente que se perderam as respostas que vulgarmente se aceitam sem sequer nos apercebermos de que, na sua origem, essas respostas eram respostas a questões. Ora, a crise força-nos a regressar às próprias questões e exige de nós respostas, novas ou antigas, mas, em qualquer caso, respostas sob a forma de juízos directos. (ARENDR, 2000: 223)

A crise, portanto, pode ser entendida como um momento de reflexão para que se possa responder a um momento crítico da experiência. Um evento em que se tem a necessidade de se recolocarem as questões. Podemos entender o Fundo da incubadora, a qual as entrevistas se referem, a um processo de crise. É importante salientar que ao chamá-lo de crise estamos entendendo-o para além da crise financeira. Trata-se de uma crise generalizada desencadeada pela precariedade do financiamento.

Na organização autogestionada da incubadora, estruturada a partir de assembleias democráticas, o processo de crise nunca é restrito a um grupo diretor, como poderia se esperar em organizações hierarquizadas, por exemplo. A crise na incubadora é sempre um processo generalizado, que afeta todo o grupo e que é tratado nos conselhos<sup>2</sup>. É exatamente a esse processo que as duas entrevistadas se referem, uma crise generalizada em que a sua própria existência e finalidade são questionadas. Essa radicalidade se aproxima do que a Arendt enuncia sobre a crise. Mais particularmente esse momento nos interessa pela sua potencialidade, em espaços onde tenha uma estrutura política horizontal, que os sujeitos apareçam no espaço público ao se recolocarem as questões impulsionadas pela crise. E esse movimento, na fala das entrevistadas leva a um segundo aspecto que nos parece interessante para entender a incubadora como um local propício à experiência: a responsabilidade.

As duas entrevistadas associam ao momento de Fundo, à crise, ao momento de se responsabilizarem pela incubadora. É oportuno lembrarmos uma breve definição de responsabilidade de Martin Buber:

Responsabilidade significa resposta autêntica àquilo que se apresenta a alguém a partir da imensa necessidade da vida (...) Resposta não significa eco; ao contrário, quer dizer que esta personalidade, tal como é, vinculou o mundo e o Tu com o si-mesmo; que ela realmente responde a uma necessidade significa não procurar simplesmente silenciá-la (2008; 114)

---

<sup>2</sup> Conselho é o nome dada a assembleia de estudantes, funcionários e professores pertencentes à incubadora. Nele são tomadas as principais decisões do programa.

É especialmente interessante a ideia de que a responsabilidade é uma resposta autêntica a uma necessidade da vida. Aqui poderíamos parafrasear Buber entendendo a responsabilidade como uma resposta autêntica a uma crise. Nesse sentido, quando Arendt diz que a crise é um momento propício para se debruçar radicalmente no problema, podemos dizer que uma das respostas possível é o que Buber está chamando de responsabilidade, e que tem a ver com um ato dialógico. Para Buber a responsabilidade é uma ação, envolvendo uma necessidade que não pode ser silenciada (crise) e iguais que se empenham em respondê-la. É um momento de encontro, é o momento da política.

Aqui podemos pensar em alguns elementos que são desejáveis à experiência. O evento de se responsabilizar por um projeto, como uma guinada em um momento de crise – em que seus atores precisaram radicalizar suas perguntas – é relatado pelas duas entrevistadas como transformador. Como se não houvesse modo de se responsabilizar pelo projeto em seu momento de crise sem este evento atravessar o sujeito, modificá-lo e ressitua-lo em sua narrativa: “ai a incubadora te pegou”.

É claro que há muitas possibilidades de resposta à uma crise, essa a que as duas entrevistadas se referem parecem ser uma resposta política à crise. Política no sentido de que ela via no sentido de responsabilização, uma resposta coletiva, autência e que necessita da ação entre os iguais. Não se trata de uma resposta individual, ainda que estejamos falando aqui de um evento da experiência, ou seja, inconfundivelmente pessoal. É uma resposta política.

#### d) julgamento como enfrentamento à burocracia

*Na zona sul, distrito do Campo Limpo, durante os trabalho do Banco Comunitário União Sampaio, implementado pela Incubadora em parceria com a associação União Popular de Mulheres, um agente de crédito conversava com uma senhora que pedia um empréstimo ao banco comunitário. Há um limite no crédito concedido e algumas regras elaboradas pelo próprio banco. A senhora tentava conseguir*

*dois empréstimos. Um em seu nome e outro em nome da sua filha. O agente explicava que não era possível, as duas moravam juntos, o agente conhecia ambas, não poderia ser dado dois empréstimos para a mesma casa. A senhora argumentava que poderia colocar que a filha dela morava em outro endereço, poderiam burlar o sistema. Ela dizia “é por causa do sistema, não é? A gente coloca outro endereço aí”. O agente respondia que não era possível conceder os dois empréstimos, pois a carteira de empréstimos deles era pequena e havia regras acordadas coletivamente para organizar os empréstimos. Ao que ela respondia se não tinha como os dois burlarem o sistema. Finalmente, o agente de crédito, responde “minha senhora, aqui, o sistema é nós”.*

O banco comunitário é um modelo de descentralização de crédito que coloca a gestão comunitária como elemento fundamental do desenvolvimento econômico da própria comunidade. A partir de um fundo de capital a comunidade organiza uma espécie de banco: um local de empréstimos em moeda corrente, moeda social e fomento à empreendimentos locais. A moeda social tem utilização restrita na comunidade, estabelecendo um esquema de protecionismo local. Aqueles que tomam empréstimos em moeda social podem gastá-la apenas no comércio local. Isso faz com que o dinheiro gerado pela comunidade permaneça nela. A estrutura básica de funcionamento de um banco comunitário vem da experiência do Banco Palmas, experiência de 15 anos na comunidade Palmeiras em Fortaleza, e é composta com um gerente, um caixa e um agente de crédito. Este último irá fazer uma pesquisa junto a quem está pedindo o empréstimo

Podemos dizer que o central nessa narrativa é o julgamento surgir como elemento contra a burocracia. Essa é a primeira das questões que nos surge: o julgamento, entendido como responsabilização, opera na oposição da burocracia. A contraposição que está exposta na discussão do agente de crédito com a senhora da comunidade está justamente no confronto entre duas lógicas de funcionamento: a da responsabilização e a da burocracia. Arendt enuncia a burocracia, modelo de organização estatal ou empresarial, como o governo de ninguém. Em suas palavras, “Numa burocracia completamente



desenvolvida, não há ninguém com quem se possa argumentar, para quem se possa apresentar queixas, ou sobre quem possa ser exercida as pressões do poder. Burocracia é a forma de governo na qual todo mundo é destituído de liberdade política, do poder de agir” (2004, p. 151). A burocracia, gestão da regra, do papel, dos processos controlados e profundamente hierarquizados, em larga escala impõe uma sobreposição de chefias e de controle de processos que o poder de julgamento e decisão é bastante restrito nas esferas mais subalternas. Ou, em outras palavras, o poder de julgamento e decisão está concentrado apenas nas esferas elevadas da hierarquia burocrática. Para que o processo gere resultados, é necessário regras claras, gerais, ainda que estúpidas, mas que não permitam exceção. Isso faz com que os níveis hierárquicos mais baixos, que não tem poder de decisão, apenas aplicam a regra estabelecida de modo indiscriminado. Procedendo dessa forma aqueles que detém o poder de decisão não são afetados por nenhum problema que os faça tomar uma decisão, pois todos os problemas encontraram, nos níveis mais subalternos, respostas diretas, gerais, que dispensaram qualquer juízo sobre o fato inicial. Nem os subalternos nem os chefes ajuízam a respeito de situações singulares. A pressuposição geral é que a partir de uma regra clara e indiscriminadamente executada, que não permita exceção, não é necessário pensar, fazer juízos para situações particulares. As decisões humanas se tornam processos e bons processos prescindem do humano. O ideal da burocracia são as relações sem humanidade, completamente dispersas nos processos, automática e direta.

## **6. Algumas considerações**

Arendt, ao escrever sobre Benjamin, aponta a atividade de colecionar na tarefa de destruir “(...) o contexto onde seu objeto outrora apenas fez parte de uma entidade viva maior, e como somente o único genuíno interessa a ele, é preciso purificar o objeto escolhido de tudo o que há de típico nele” (ARENDR, 2008, p. 216). A autora identifica como um traço fundamental de Walter Benjamin e, conseqüentemente, de suas ideias. Apoiado nisso, Foster (2009, p. 138),

aproxima a prática de colecionador à ideia de experiência . O ato do colecionador justamente é retirar um objeto do seu destino serial, seu destino de mercadoria, e elevá-lo a um contexto de unicidade. Um contexto em que aquele objeto tem importância por ser peculiar, raro. Narrar, em um mundo onde tudo se transforma em mercadoria, pode se assemelhar a contar a história de objetos retirados do mercado e elevado à singularidade. A experiência de singularizar é uma experiência contemporânea que apenas faz sentido em uma convivência humana que se tornou mercado. A experiência de alteridade, tanto para Foster como para Larrosa, é fundamental. É a experiência do encontro entre os singulares.

É dessa maneira que o encontro do outro na contemporaneidade, problema fundamentalmente político, é crucial quando falamos do declínio da experiência. “(...) talvez, sem garantias, esse sujeito desarmado, perdido de si mesmo, expropriado, fragmentado, pode encontrar no outro – como diria muito depois Levinas – uma oportunidade” (Idem, p. 128).

O encontro, a oportunidade ou o que estamos chamado de potencial para a experiência é o que nos chama atenção para a ITCP-USP. Barbieri (2008), em seu estudo sobre a ITCP-USP, entende que a relevância pública da atuação da incubadora, ao lidar com questões da economia e do mundo do trabalho, agrega estudantes interessados em interferirem em questões públicas, com a utopia da transformação social. Para a autora, a Incubadora é um espaço político na medida em que contempla a dimensão do comum, da pluralidade e da ação (Idem, p. 60). Isso se deve à opção da incubadora em ser autogestionária. Torna-se o espaço um rico ambiente formativo ao unir professores, estudantes e funcionários, para conjuntamente refletirem sobre os mais diversos problemas enfrentados pela sua atuação (seja nas comunidades, seja na universidade) e a partir da igualdade no uso da palavra e na tomada da decisão constroem caminhos coletivos de ação. É dessa maneira que os estudantes entrevistados por Barbieri entendem a ITCP-USP como um espaço de formação política dentro da universidade.

Tanto o ambiente proporcionado por essa opção de organização radicalmente democrática quanto pela tensão gerada entre esse modo de funcionamento e o da vigente estrutura da universidade são profundamente formativos a todos que passam pela incubadora. São formativos na medida em que proporcionam uma experiência política autêntica no encontro de iguais que agem conjuntamente. Não é sem razão que as incubadoras que compartilham desses princípios acabam também por tensionar sua própria existência dentro da universidade ao propor uma prática de política e organização diversa da hegemônica.

A existência da incubadora é sempre crítica, em duas acepções. Crítica na sua proposta de olhar para o mundo, buscar julgamentos radicais e agir, buscando olhar além da superficialidade, naquele processo de separar para melhor compreender. Mas também crítica por que é uma existência permanentemente em crise. Lembrando a assertiva de Arendt sobre a fundamental importância da crise, “uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas de qualquer modo julgamentos diretos” (2000, p. 223).

Por ser um processo de recusa, resistência e criação, as dificuldades encontradas são grandes. A começar pela própria vinculação desse tipo de proposta à extensão universitária, prima pobre do tripé universitário.

Para Silva, que se apóia nas concepções de Adorno, se não é possível reverter a atual adaptação, pode-se ter uma atitude de recusa a ela. É na negação do presente que se possibilita a compreensão de que “(...) a experiência inclui uma relação transformadora com o objeto, o que vem a ser também uma transformação do próprio sujeito”. (2001, p. 31) Se a experiência pode se degenerar em adaptação, ela também pode se aproximar da formação a partir dessa recusa.

## **Referências bibliográficas**

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e História: Destruição da Experiência e Origem da História**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Condição Humana**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

\_\_\_\_\_. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARBIERI, Estela Maria. **Extensão e Formação Política na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade De São Paulo** 2008, 84p. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Filosofia da Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.

BENJAMIN, Walter. *O Narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: **Mágia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. *Experiência e pobreza*. In: *Obras escolhidas*. Vol. 1. **Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura**. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

BRASIL. *I Conferência Nacional de Economia Solidária. Documento Final*. Brasília: 2006. Disponível em: [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=332&Itemid=18](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=332&Itemid=18). Consultado em 09 de Abril de 2011.

CARPEAUX, Otto Maria. **Ensaio Reunidos 1942-1978**, V.1. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Ventos do Progresso: a universidade administrada*. In: **Escritos Sobre a Universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

\_\_\_\_\_. "A universidade hoje". **Praga: Revista de Estudos Marxistas**, São Paulo, v. 6, p. 23-32, 1998.

FAZIO, Denizart Busto de. **ALFA-USP: uma experiência de educação popular no campus**. Iniciação Científica. Orientação de Maria Clara Di Pierro. São Paulo: FEUSP, 2009.

FOSTER, Ricardo. *Los Tejidos de la Experiencia*. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (orgs). **Experiencia y Alteridad en Educación**. Argentina: Homo Sapiens Ediciones, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *A ideia de Universidade: processos de aprendizagem*. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília. v. 74, n. 176. p. 111-130, jan/abr, 1993.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LARROSA BONDÍA, Jorge. *Notas sobre a experiência e o saber da experiência*. **Revista Brasileira de Educação**. n. 19. Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

\_\_\_\_\_. *Experiencia y alteridad en educación*. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (orgs). **Experiencia y Alteridad en Educación**. Argentina: Homo Sapiens Ediciones, 2009.

LEFORT, Claude. *Formação e autoridade: a educação humanista*. In: LEFORT, Claude. **Desafios da escrita política**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

SILVA, Franklin Leopoldo e. “A perda da experiência da formação na universidade contemporânea”. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 13(1): 27-37, maio de 2001.

\_\_\_\_\_. “Universidade: a ideia e a história”. **Estudos Avançados** 20 (56), 2006.

\_\_\_\_\_. *O mundo vazio: sobre a ausência da política no contexto contemporâneo*. In: ACCIOLY E SILVA, Doris; MARRACH, Sonia Alem (Orgs). **Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.